



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII**

ROBSON DILINGER ALMEIDA FERNANDES

SANDRA MARIA DE BRITO PEREIRA

**ESTUDO COMPARATIVO DA POUPANÇA BRASILEIRA POR MEIO
DOS RELATÓRIOS DO BANCO CENTRAL NO PERÍODO 1995 AO 1º
SEMESTRE DE 2012**

ROBSON DILINGER ALMEIDA FERNANDES
SANDRA MARIA DE BRITO PEREIRA

**ESTUDO COMPARATIVO DA POUPANÇA BRASILEIRA POR MEIO
DOS RELATÓRIOS DO BANCO CENTRAL NO PERÍODO 1995 A
2012 1º SEMESTRE**

Trabalho monográfico referente à conclusão de curso apresentado como um requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador Prof. M.Sc: Euclides Santos Bitencourt

Professor de TCC M.Sc: Carlos Fernando Farias Leite

Guanambi - BA
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Fernandes, Robson Dilinger Almeida

Estudo comparativo da poupança brasileira por meios dos relatórios do Banco Central no período 1995 ao 1. Semestre de 2012 / Robson Dilinger Almeida Fernandes, Sandra Maria de Brito Pereira. – Guanambi, 2012.

49 f.

Orientador: Euclides Santos Bittencourt

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus XII. 2012.

Contém referências

ROBSON DILINGER ALMEIDA FERNANDES

SANDRA MARIA DE BRITO PEREIRA

**ESTUDO COMPARATIVO DA POUPANÇA BRASILEIRA POR MEIO DOS
RELATÓRIOS DO BANCO CENTRAL NO PERÍODO 1995 AO 1º SEMESTRE DE
2012**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Campus XII como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração. Aprovada em 19/12/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Euclides Santos Bitencourt
Universidade Federal da Bahia

Prof. Esp. Marcelo Neves Costa
Universidade Federal de Lavras-MG

Prof. Esp. Adir Pinheiro Júnior
Universidade do Estado da Bahia

Dedicamos esse trabalho aos nossos pais pelo carinho, dedicação e empenho, e por todos os cuidados durante toda a vida para a nossa formação como pessoas!

AGRADECIMENTOS

Aos nossos pais, que tiveram participação fundamental na nossa formação.
Aos amigos sempre presentes nos bons e maus momentos tornando nossa jornada mais leve nos períodos de tensão.

Aos nossos colegas de curso que dividiram toda a pressão durante esses anos de aprendizado.

Aos nossos professores pelo empenho em nos transmitir o conhecimento necessário até a chegada desse momento.

Um país se enriquece não pelo simples ato negativo de indivíduos não gastarem todos os seus rendimentos em seu consumo corrente. Enriquece-se pelo ato positivo de usar essas poupanças para aumentar o estoque de capital do país.

John Maynard Keynes

RESUMO

Na presente monografia, apresenta-se um estudo comparativo dos governos entre o período de 1995 a 2012 que culminaram com a adoção de novas regras para a caderneta de poupança brasileira, alterada principalmente pela redução da taxa SELIC no ano de 2012. Para a elaboração da mesma, foi realizada uma pesquisa exploratória e posteriormente descritiva no intuito de conhecer as principais razões que levaram a modificação do cálculo da poupança, perfil de investidores do mercado financeiro e poupador bem como as possíveis consequências das mudanças prudenciais ocorridas, tanto para os investidores, como para a economia brasileira como um todo. Os dados foram obtidos de fonte secundária através de análise documental e pesquisa bibliográfica. Primeiro foram estudados diversos fundos de investimento, focando em caderneta de poupança e mercado de ações. Além dos fundos, também foi explanado sobre consumo e realizado um comparativo entre poupança e mercado de ações. Posteriormente foi elaborada uma análise frisando nos resultados obtidos nos últimos três anos da poupança e um paralelo entre os dois fundos, mercado de ações e caderneta de poupança observando a tendência de migração de investidores entre esses os mesmo, abordando os impactos provenientes dessas migrações para a economia e equilíbrio das contas do governo. Por fim após a análise dos documentos pode-se chegar as considerações finais com as conclusões tomadas com base na leitura e no estudo realizado.

Palavras chave: Caderneta de poupança, investimento, SELIC, mercado de ações.

ABSTRACT

In this monograph presents, a comparative study of governments between the period 1995 to 2012 which culminated in the adoption of new rules for savings accounts Brazilian, altered mainly by reducing the SELIC rate by the year 2012. In developing the same, we performed an exploratory and descriptive later in order to know the main reasons for changing the calculation of savings, market profile and financial investors saver as well as the possible consequences of prudential changes occurred for both investors as the Brazilian economy as a whole. Data were obtained through a secondary source document analysis and literature review. First we studied several investment funds, focusing on savings accounts and the stock market. In addition to funds, was also explained on consumption and conducted a comparative savings and stock market. It was later developed an analysis emphasizing the results obtained in the last three years of savings and a parallel between the two funds, the stock market and savings accounts observing the trend of migration between these investors the same, addressing the impacts from these migrations for economy and balance government accounts. Finally after reviewing the documents can reach the final considerations with the conclusions made based on reading and study.

Keywords: Savings Account, investment, SELIC, stock market.

LISTA DE SIGLAS

BACEN – Banco Central

BB – Banco do Brasil

BMF&BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CEF – Caixa Econômica Federal

CVM- Comissão de Valores Mobiliários

DI – Depósito Interbancário

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IOF – Imposto sobre operações Financeiras

IPCA – Índice de Preços ao consumidor

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

TR – Taxa Referencial

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Alíquota IOF

Tabela 02: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL2010

Tabela 03: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL2011

Tabela 04: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL2012

Tabela 05: Comparações das políticas econômicas dos três últimos governos com básica nas variáveis macroeconômicas

Tabela 06: Histórico de rentabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problemática:	15
1.2 Objetivos:	16
1.2.1 Objetivo geral:	16
1.2.2 Objetivos secundários:	16
1.3 Justificativa	17
2 RELAÇÕES ENTRE POUPANÇA, CONSUMO, INVESTIMENTO	18
2.1 Investimentos	18
2.2 Fundos de investimento	19
2.3 Investimento em renda fixa	20
2.4 Caderneta de poupança	22
2.5 Certificado de Depósito Bancário	25
2.6 Títulos públicos do tesouro nacional	25
2.7 Debêntures	26
2.8 Títulos de capitalização	27
2.9 Renda variável	28
2.10 Mercado de Ações	29
2.10.1 Clubes de investimento	29
2.11 Consumo	30
2.12 Caderneta de poupança versus mercado de ações: comparação, vantagens, desvantagens e perfil do poupador com a bolsa de valores	31
3 METODOLOGIA	35
3.1 Caracterização da Pesquisa	35
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1 Análise relatório da poupança 2010	37
4.2 Análise relatório da poupança 2011	39
4.3 Análise relatório da poupança 2012 e gráfico histórico	40
4.4 Paralelo entre governos	44
4.5 Paralelo entre rentabilidade da poupança e mercado de ações	45

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

As frequentes crises financeiras que abalaram o mundo desde 2008 expôs a fragilidade da economia de diversos países considerados inabaláveis, ocorrendo assim, uma série de preocupações com o atual sistema capitalista mundial caracterizado pela globalização dos mercados. Inserido neste contexto, a economia brasileira também não esteve e não está isento de sofrer os efeitos de tais crises, pois com o mercado integrado, o país não só vende como também compra dos mercados externos.

Visando combater os efeitos das crises e conseqüentemente fortalecer as economias dos seus países, os governos adotam posturas às vezes conservadoras e muitas vezes protecionistas. Deve-se destacar, por exemplo, as medidas tomadas pelo governo brasileiro na tentativa de fortalecimento da economia, como a redução das taxas de juros, a eliminação de IPI de alguns produtos de consumo duráveis, materiais de construção e outros insumos incentivando desta forma o consumo, gerando desta forma, renda e conseqüentemente a manutenção e a abertura de novos postos de trabalho para a população.

A mais nova medida tomada pelo governo brasileiro foi a alteração das regras da poupança em maio de 2012, regras essas que já tinha sido modificadas em 1991 para conferir mais rentabilidade e segurança aos poupadores de todo país.

A caderneta de poupança é a principal financiadora dos programas de habitação no Brasil, sendo retido em torno de 65% dos depósitos realizados para o investimento em infraestrutura habitacional. Como investimento com maior liquidez e segurança, impera junto aos pequenos poupadores, sendo a melhor forma de poupar o que sobra das suas rendas, exercendo também um papel muito importante no equilíbrio das contas do governo.

Ainda no Brasil Império, a caderneta de poupança foi criada para receber o depósito dos membros menos abastados da sociedade imperial, sendo constituídos de trabalhadores e escravos recém-libertos. Com o passar do tempo, essa forma de investimento ganhou importância para o desenvolvimento do país sendo forma de financiar a habitação, e como proteção aos poupadores da forte inflação que abateu o Brasil por diversos anos, elevando também a taxa básica de juros.

Com o advento das novas regras, o governo brasileiro tem por objetivo manter o equilíbrio das suas contas, visto que com a taxa básica de juros muito baixa, sendo a menor já alcançada até a presente data, poderia haver uma demanda de investidores retirando seus recursos de outros fundos atrelados à SELIC para investir na caderneta que seria mais atraente.

Dessa forma, entender os impactos das novas regras da poupança, fazer um paralelo com as regras anteriores e buscar referenciar quais os impactos nas demais formas de investimento, principalmente o investimento em bolsa de valores, torna-se imprescindível no tocante à orientação nas melhores formas de investimento, os benefícios atrelados ao melhor retorno para o investidor e os efeitos para a economia brasileira.

Deve-se considerar nas análises, consumo, controle inflacionário, investimento habitacional e equilíbrio das contas do governo, no intuito de manter uma economia crescente, forte e sólida.

1.1 Problemática:

O mundo vem mudando com uma velocidade espantosa e diante de tantas crises os governos buscam a melhor maneira de proteger seu mercado. É nesse cenário que o governo, no intuito de blindar o mercado emergente brasileiro, instituiu novas regras para a caderneta poupança que poderá influenciar na forma como pequenos, médios e grandes investidores estarão aplicando seus recursos.

Com o advento dessa transformação, o mercado acionário brasileiro poderá pleitear um aumento nos recursos investidos, tentando atrair investidores que antes nem cogitariam investir na bolsa.

Levando em consideração que as diversas formas de investimento estão diretamente atreladas às políticas de crescimento econômico e equilíbrio das contas do governo, devemos questionar mesmo que teoricamente: Como as novas regras da poupança impactarão a economia brasileira considerando, controle inflacionário, equilíbrio das contas públicas e programa habitacional?

As novas regras da poupança impactarão o mercado de ações brasileiro? De que maneira as medidas intervirão no comportamento dos investidores?

Cabe ressaltar que a poupança de um país é o “termômetro” mais preciso para indicar o desempenho da economia. No caso particular do Brasil, a poupança é o elemento de política monetária que alavanca os projetos políticos dos governos. Todavia, a depender da política adotada, ou seja, a “politicagem estabelecida” deixará de ser um instrumento de política que poderá ser usado para financiar os setores públicos e privados, para ser um instrumento de barganha. Essa variável não faz parte do estudo.

1.2 Objetivos:

Os objetivos desse trabalho remetem a uma discussão sobre as políticas adotadas pelo governo brasileiro na instituição de novas regras da caderneta de poupança e suas consequências para os investidores de uma forma geral bem como para a economia do país como um todo, buscando entender a relação dos investimentos com a estrutura macroeconômica do Brasil. Neste sentido, o presente estudo foi guiado por um objetivo geral e três específicos, conforme descrito abaixo.

1.2.1 Objetivo geral:

Levantar os impactos das regras da poupança no período de 1995 a 2012 sobre a economia brasileira considerando variáveis como, controle inflacionário, equilíbrio das contas públicas e programa habitacional: UM ESTUDO DAS NOVAS REGRAS.

1.2.2 Objetivos secundários:

- Caracterizar as vantagens e desvantagens da aplicação na bolsa versus poupança;
- Ponderar as variáveis: segurança, liquidez e rentabilidade da poupança versus bolsa de valores.
- Inferir os impactos das mudanças prudenciais nas políticas de crescimento econômico do Governo Federal.

1.3 Justificativa

O presente trabalho tem relevância para compreensão dos agentes econômicos, uma vez que o estudo da poupança é representativo para compreensão dos diversos ativos mobiliários da economia brasileira. Em outra perspectiva, a poupança é de suma importância para o controle da inflação, bem como para compreender o comportamento do consumo e o nivelamento da distribuição de renda. – o maior e mais popular investimento financeiro do Brasil.

Na perspectiva do objetivo fim da poupança, destaca-se por munir pequenos, médios e grandes investidores da sociedade, de informações no que concerne ao direcionamento dos seus recursos para o mercado financeiro, dando-lhes suporte para tomada de decisão.

Quanto à relevância acadêmica, exclusivamente, para pesquisa científica, o estudo da poupança é uma oportunidade para acumular conhecimento, estudar as tendências que este singular investimento se inclinam, bem como conduzir à reflexão sobre as diversas variáveis macroeconômicas, independente da crise econômica mundial.

No caso específico do mercado acionário, bem como as necessidades dos agentes econômicos mais abastados, o novo ponto de inflexão da poupança, via novas regras, requer investigação apurada, uma vez que a poupança é considerada por muitos economistas como o “coração” das reservas financeiras brasileira.

A relevância dessa temática, em linhas gerais, abrange visões de diversos atores da sociedade, sendo o governo é o principal deles. Apesar de não trabalhar com pesquisa de campo, a discussão será focada a partir de fontes secundárias fidedignas, tais como os relatórios do BACEN, entre outras entidades financeiras.

2 RELAÇÕES ENTRE POUPANÇA, CONSUMO, INVESTIMENTO

Neste capítulo serão abordados os principais investimentos tanto em renda fixa quanto em renda variável, dissertando a respeito das principais características de cada título, procurando focar principalmente questões relativas à poupança e mercado de ações, fundamentando a percepção no objeto tema do estudo bem como as consequências de cada transação tanto para o investidor quanto para a economia do país e as contas do governo federal.

2.1 Investimentos

A definição de investimento pode ganhar diversas nuances dependendo a quem se referem, para empresa pode ser uma coisa e para pessoa física pode significar outra totalmente diferente, mas cada definição de investimento leva a um único objetivo, obter retorno na aplicação de recursos. Assim sendo segundo (GUIA DE INVESTIMENTO, 2012) investimento pode ser definido da seguinte maneira:

A aplicação de algum tipo de recurso com a expectativa de receber um retorno futuro superior ao aplicado. Este valor futuro deve se compensar a perda de uso do recurso aplicado durante o período de aplicação (juros ou lucros, em geral ao longo prazo).

Dentro do campo da economia levando em consideração o processo produtivo o conceito de investimento muda um pouco de figura podendo ser definido de acordo o (Wikipédia, 2012) como:

[...aplicação de capital em meios de produção, visando o aumento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, transporte, infraestrutura) ou seja, em bens de capital.]

Assim sendo, em termos gerais e resumidamente falando, investir significa aplicar recursos para obter novos rendimentos com o capital aplicado, seja em títulos, fundos ou em equipamentos para produção de bens ou serviços.

Delimitando o campo de propriedade referente a investimentos, analisando somente para pessoa física e deixando de lado o que tange a pessoa jurídica, subdividem-se investimentos em dois pontos principais, sendo eles, investimento em renda fixa e investimento em renda variável.

2.2 Fundos de investimento

Fundos de investimentos são aplicações financeiras organizadas pela junção de investidores e organizadas sob a forma de pessoa jurídica, a partir da formação dos grupos onde os investidores se reúnem com objetivos em comum, dividindo desta forma, as receitas e despesas que possam gerar no investimento.

Para gerir o fundo, são contratados especialistas que tratam dos aspectos técnicos, jurídicos e legais, para obtenção do maior lucro possível com o menor nível de risco, recomendando sempre a montagem da carteira. Existem vários tipos de fundos de investimento e dependendo de cada tipo, as carteiras podem ser mais ou menos diversificadas. Os fundos podem conter ativos de várias formas, sendo mais comuns as ações, títulos de renda fixa (CDBs), títulos cambiais, derivativos e títulos públicos.

Todo o montante aplicado em fundos é convertido em cotas, das quais serão distribuídas entre os participantes, passando a ser proprietários de partes da carteira proporcionalmente ao capital investido. Diariamente o valor da cota é atualizado, obtendo o saldo do cotista através da multiplicação do número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Ao investir em fundos, o investidor tem a vantagem da comodidade, visto que possui um especialista cuidando da gestão de seus ativos. Esses especialistas acompanham e analisam o mercado diariamente.

Os dois tipos principais de fundos de investimentos são os Fundos abertos e os Fundos Fechados. No primeiro os investidores podem subscrever e resgatar as unidades de participação em qualquer momento, podendo ser variável o número de unidades de participação em circulação, enquanto no segundo a quantidade de unidades de participação é fixo, podendo os investidores realizar a sua subscrição num determinado período e ao seu resgate apenas numa data pré-definida para a liquidação do fundo. Ocorre que na maioria das vezes os fundos são investimentos com alta liquidez, permitido em muitos casos, exceto em Fundos fechados, saques a qualquer momento sem carência.

Por outro lado o aplicador que investe em fundos de investimentos, assim como qualquer outro investidor, deve se atentar para o grau de risco de seus investimentos. Considerando o grau de risco como o grau de incerteza nos retornos,

eles são diversificados e variam de acordo com o objetivo de quem se aplica, indo dos mais conservadores aos mais agressivos. Deste modo os fundos se classificam em de baixo, médio e alto risco. O que ocorre é que os fundos de baixo risco possuem um nível maior de segurança e menor retorno financeiro, enquanto os fundos de alto risco na maioria das vezes podem trazer um retorno mais alto com um alto grau de incerteza.

2.3 Investimento em renda fixa

Mais indicado para quem não quer correr nenhum tipo de risco, essa modalidade de investimento caracteriza-se por dar segurança ao investidor, visto que o mesmo já conhece o rendimento que fundo tem a oferecer. Segundo Cerbasi (2008) os investimentos em renda fixa caracterizam-se pelos juros pré-fixados e pela tributação atribuídos a mesma. Dessa forma, o investidor em renda fixa independente de quanto e quanto tempo investir já conhece ao final da sua aplicação o quanto irá lucrar com o investimento realizado e qual a tributação que irá incidir sobre os recursos investidos e juros auferidos sobre a transação. Vale salientar que a tributação sobre investimentos em renda fixa é igual para todos os fundos, excetuando a caderneta de poupança e os títulos lastreados em financiamentos imobiliários.

Os impostos incididos no investimento em renda fixa são dois: imposto de renda (IR) e imposto sobre operações financeiras (IOF). Ambos têm sua particularidade sendo que o IR tem um sistema de alíquota decrescente de acordo com o prazo de carência, sendo 22,5% para prazo inferior a seis meses, 20% para prazo superior a seis meses e inferior a doze meses, 17,5% quando o prazo supera os doze meses e for inferior a vinte e quatro meses e por fim 15% quando o prazo for superior a vinte quatro meses (Infomoney, 2012).

Já o IOF é incidido em resgates inferiores a 30 dias, no caso da poupança, e é pago também de forma regressiva, ou seja, quanto mais tempo investido menor é o imposto (Infomoney, 2012).

O IOF é normatizado pela Portaria 264/99 que estabelece segundo o site da Caixa o seguinte:

Todos os rendimentos, provenientes de aplicações financeiras em Fundos de Investimentos sem prazo de carência, são tributados pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, conforme determinação legal da Portaria 264, do Ministério da Fazenda.

De acordo a portaria 264/99 o IOF e conforme explanado anteriormente esse imposto tem caráter regressivo deixando de ser cobrado após 30 dias conforme mostra tabela abaixo.

Tabela 01: Alíquota IOF

Número de Dias	% Limite do Rendimento	Número de Dias	% Limite do Rendimento
01	96	16	46
02	93	17	43
03	90	18	40
04	86	19	36
05	83	20	33
06	80	21	30
07	76	22	26
08	73	23	23
09	70	24	20
10	66	25	16
11	63	26	13
12	60	27	10
13	56	28	06
14	53	29	03
15	50	30	00

Fonte: Caixa Econômica Federal - 2012

Percebe-se na tributação dos fundos de renda fixa que os impostos incididos são cobrados de forma gradativa tanto o IR quanto o IOF, diferindo-se apenas no prazo de carência de cada um.

Em fundos de renda fixa deve-se observar também quanto a modalidade de aplicação diante do que se pretende obter rendimentos, sendo assim, pode-se escolher entre títulos pós e pré-fixados.

Segundo Silvestre (2011), os títulos pré-fixados tem a característica de antever o cálculo de rendimento onde o investidor consegue saber antecipadamente o quanto irá lucrar em sua aplicação. No entanto é válido salientar que dependendo das taxas de juros, principalmente a SELIC, esta modalidade de investimento pode incorrer em perdas para o investidor visto que com a taxa já fixada, havendo aumento dos juros não terão tanta rentabilidade quanto os títulos pós-fixados ou títulos novos, correndo também o risco de perdas se os juros sobrepuserem os fixados anteriormente.

Cerbasi (2008) relata que quando os títulos de renda fixa são pós-fixados o investidor não consegue saber antecipadamente qual será seu rendimento, pois estes vão depender de alguns índices de desempenho como o IPCA (índice de preços ao consumidor), inflação ou a taxa SELIC (Sistema especial de liquidação e custódia).

2.4 Caderneta de poupança

A caderneta de poupança no Brasil teve sua origem no século XIX, mais precisamente no ano de 1861, criada pelo então imperador Dom Pedro II, se despontando como uma forma de recolher os depósitos dos brasileiros, principalmente os das classes menos favorecidas.

Segundo site da Caixa Econômica Federal (CEF), a caderneta de poupança teve inicialmente sua taxa estipulada em 0,6% ao ano, seguindo essa regra até a data de 1964, depois desse período além da remuneração de 6% anuais, os valores seriam acrescidos de correção monetária. É na década de 60 também que a poupança adquire um papel muito importante para o desenvolvimento do país, passando a financiar o mercado imobiliário.

Em 1991, ocorreu outra mudança significativa na poupança brasileira: com a promulgação da Lei 8.171, definiu-se que a taxa de juros da poupança passariam a ser de 0,5 ao mês, adicionados sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR).

Um dos fatos mais marcantes na história da mais popular forma de investimento brasileiro se deu no governo do Presidente Fernando Collor de Melo. Com as sucessivas tentativas de controlar a inflação foi lançado segundo site (Câmara dos Deputados, 2012) o Plano Collor 1, que foi marcado principalmente pelo sequestro da caderneta de poupança de milhões de brasileiros, pegos de surpresa em 16 de março de 1990 quando foram retidos recursos acima de 50 mil cruzeiros em torno de R\$ 5.588,00 em valores atuais. Ainda segundo o site, os transtornos para os poupadores foram imensos visto que, além da inflação beirando os 80% a única aplicação que ainda conferia algum rendimento era justamente a caderneta de poupança e o fato ainda foi agravado com o estabelecimento de uma nova alíquota de IOF a 20%. Neste mesmo período houve o congelamento dos preços e dos salários, fato esse que causou desemprego e insatisfação popular diz o site Brasil (2012).

Mais recentemente, em 03 de maio de 2012, foi promulgada a Medida Provisória 567, ditando novas regras para a poupança. As regras atuais estão baseadas na taxa básica de juros, a taxa SELIC, ficando da seguinte forma: quando a meta da taxa SELIC for maior do que 8,5% a.a, a remuneração da poupança não terá alteração, ou seja, continuará sendo de 5% a.a mais TR. Porém se a taxa SELIC for igual ou inferior a 8,5% a.a, a remuneração da poupança será de 70% da meta anual da taxa SELIC.

O objetivo da mudança nas regras da caderneta de poupança segundo o site Economia & Negócios (2012, 18) é evitar uma debandada dos fundos de investimento atrelados a SELIC rumo à poupança causando dessa forma um desequilíbrio nas contas do governo.

As regras antigas da caderneta de poupança significa de acordo Leite (2012, 18) apud Economia & Negócios um verdadeiro entrave para o governo cujo objetivo é baixar ainda mais os juros e com a antiga regra os investidores sacariam os recursos dos fundos programados para médio e longo prazos para investi-los na caderneta deturpando o objetivo para que a poupança foi criada de atender investimento de curto prazo.

De acordo Leite (2012, 18) Apud Economia & Negócios, a caderneta de poupança é um instrumento de aplicação idealizado para permitir que o poupador

não perdesse o poder de compra contra a inflação. Ainda segundo o autor na época os juros eram bastante elevados.

A caderneta de poupança é sem dúvida o mais popular dos investimentos em renda fixa. Suas características conferem aos investidores, em sua grande maioria pessoas de baixa renda, que almejam a segurança da renda fixa, retorno estipulado e garantido e facilidade em resgate a qualquer momento, liquidez.

Por ter essa simplicidade e liquidez a poupança se destaca nos investimentos de renda fixa, pois ao mesmo tempo em que se guarda um dinheiro para outros investimentos ou para garantias futuras, pode-se lançar mão desses recursos em caso de necessidade imediata, lembrando que seguindo as regras da tributação é cobrado IOF prazo estabelecido em trinta dias, explica site CEF (2012).

A caderneta de poupança, diferente das demais aplicações em renda fixa, é tributado apenas pelo IOF, incidindo segundo as regras e alíquotas referenciadas na tabela 01.

A caderneta de poupança depois de algumas modificações procedimentais teve suas regras valendo de 1991 até o estabelecimento das novas regras em maio de 2012, estabelecida pela medida provisória 567/2012, a partir desse período passou a ser calculada usando uma nova metodologia diante do novo cenário da economia brasileira. Com juros mais baixos, o medo do governo era uma migração em grande escala dos outros fundos atrelados a SELIC para a caderneta de poupança, por essa estar mais atraente em questão de rendimento em detrimento aos outros fundos.

A importância do investimento em caderneta de poupança vai além do simples fato de ter uma reserva de recurso guardada para qualquer eventualidade. Os depósitos em caderneta de poupança ajudam o país a financiar o sistema habitacional brasileiro. O crédito habitacional é financiado basicamente por 65% dos recursos captados pela poupança, segundo determinação do Banco Central.

De acordo com o site Tauilchequer (2011) a poupança é a maior fonte de financiamento imobiliário do país, porém apesar do saldo consolidado de investimento ter aumentado, apresentou redução na taxa de crescimento.

Essa ideia é em parte consolidada pela afirmação do site de notícias G1 Economia, que relata a possibilidade dos recursos da caderneta migrar para outras

aplicações diante da mudança da metodologia de cálculo, trazendo como consequência a redução da oferta de créditos que financiam a habitação.

Portela (2010) afirma que a fonte de investimento para a habitação que é a caderneta de poupança poderá se exaurir em pouco tempo, apesar de dados mostrarem que os resultados da captação líquida fornecidas pelo BACEN indicam uma evolução nos últimos anos.

2.5 Certificado de Depósito Bancário

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são títulos emitidos pelos bancos para captação de recursos funcionando como uma espécie de empréstimo feita a instituições financeiras, tanto por pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, conferindo ao final do tempo de carência uma remuneração extra em forma de juros (Fortuna, 2005). Esses empréstimos servem para que as instituições financeiras possam emprestá-los a outrem com juros maiores que os pagos para os detentores dos certificados, empréstimos esses que junto com uma gama de serviços oferecidos é fonte do lucro dos bancos. O CDB é uma forma de investimento que para ser realizado basta ser correntista de qualquer instituição financeira legalizada.

O CDB como todo investimento em renda fixa, excetuando a caderneta de poupança é tributado pelas duas modalidades de impostos previstos IR e IOF e segundo site BB (Banco do Brasil) faz parte de uma modalidade de depósito a prazo caracterizado por ter prazo e remuneração negociados no momento da aplicação.

O valor mínimo de aplicação em CDB se difere tanto de instituição para instituição quanto de modalidade para modalidade pré-determinadas também pelas instituições que os oferece.

2.6 Títulos públicos do tesouro nacional

Essa modalidade de investimento não é muito conhecida do público geral e de acordo com o site do tesouro nacional (2012) pode ser definido da seguinte maneira.

Os títulos públicos são ativos de renda fixa que se constituem em boa opção de investimento para a sociedade. Os títulos públicos possuem a finalidade primordial de captar recursos para o financiamento da dívida

pública, bem como para financiar atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infraestrutura.

Quem investe no Tesouro Nacional é como se estivesse emprestando dinheiro ao governo federal em troca de remuneração em um determinado período e passa a ser detentor de uma espécie de nota promissória que será ressarcida ao final do vencimento.

No caso específico dos títulos do tesouro nacional, as instituições financeiras funcionam meramente como intermediárias da transação realizada entre o Tesouro Nacional e os interessados nesta modalidade de investimento.

Com o objetivo de tornar o investimento em títulos públicos do tesouro nacional foi criado em 2002 o tesouro direto, tornando possível a obtenção desses títulos com mais facilidade e a preço baixo. De acordo o site AGORA INVEST (2012),

O Tesouro Direto é um programa de compra e venda de títulos públicos para pessoas físicas, desenvolvido pelo Tesouro Nacional em parceria com a CBLC (Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia). Na prática, consiste na oferta de títulos públicos de renda fixa para pessoas físicas.

Dessa forma, fica mais fácil o investimento por parte de pessoas físicas em títulos de longo prazo quem tem uma rentabilidade muito boa e garantia de 100% de retorno.

2.7 Debêntures

O site da Bovespa informa que no Brasil, as debêntures constituem uma das formas mais antigas de captação de recursos por meio de títulos. Todas as características desse investimento, como prazo, remuneração, dentre outro são definidas na escritura de emissão. Com relação às vantagens de se investir em debêntures, são citadas as seguintes: de saber quanto seu dinheiro vai render após o prazo estabelecido, essas aplicações rendem mais do que outras de renda fixa como CDB, fundos DI e fundos referenciados, além de possuir uma maior liquidez.

As debêntures funcionam para as empresas emissoras uma forma de captar recursos, sendo assim, qualquer pessoa com capital disponível pode investir em debêntures, porém o valor inicial a ser aplicado varia de uma oferta para outra. Cada empresa corretora possui suas normas quanto à exigência mínima de aplicação. Algumas exigem aplicação mínima de R\$ 1.000, enquanto outras podem determinar o valor inicial em R\$ 100 mil, R\$ 300 mil ou até mais, não existindo assim uma forma pronta de valores.

Os investidores que procuram obter resultados de médio e longo prazo podem investir em debêntures, pois é um título de dívida com essa característica de tempo, conferindo a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora, desta forma a pessoa que investe em debêntures passa a ser seu credor.

2.8 Títulos de capitalização

Os títulos de capitalização podem ser entendidos como uma poupança forçada visando basicamente guardar dinheiro e criar uma disciplina financeira tendo em contrapartida a participação em premiações oferecidas por organizações financeiras e é a pior forma de investimento segundo Veiga (2007).

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2012) descreve os títulos de capitalização como:

...um produto em que parte dos pagamentos realizados pelo subscritor é usado para formar um capital, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título (Condições Gerais do Título) e que será pago em moeda corrente num prazo máximo estabelecido.

Para muitos especialistas em investimentos, os títulos de capitalização não são vantajosos no quesito financeiro, onde a maior expectativa não é a obtenção de aumento do capital investido e sim a esperança de ser contemplado com a premiação oferecida pela entidade ofertante. Veiga (2007) coloca o título de capitalização como pior investimento do mercado, onde as chances de ser sorteado são ínfimas chegando ao ponto de serem menores que a de ganhar na loteria.

Dessa forma não é difícil afirmar que os títulos de capitalização figuram como a pior e menos rentável forma de investimentos, procurados pela grande maioria que gosta de apostar e jogar e não por investidores.

2.9 Renda variável

Enquanto em investimento em renda fixa o investidor já conhece previamente os dividendos obtidos pela sua aplicação, o investimento em renda variável tem a característica obsta, ou seja, o investimento em renda variável vai depender se a empresa em que foi realizado o investimento vai obter lucro ou não, visto que em renda variável o investidor não empresta dinheiro a uma financeira e sim compra parte dela esperando obter lucro na negociação.

O site Dívida sem Dúvida (2012) resume investimento em renda variável da seguinte maneira:

...a renda variável é o investimento caracterizado por não se saber a sua taxa de remuneração e o prazo de resgate. Geralmente são recomendados para o longo prazo e aos investidores toleráveis ao risco, pois sua remuneração dependerá dos resultados obtidos pela empresa ou instituição emissora do respectivo título.

Em renda variável o investidor está se tornando sócio da empresa emissora dos títulos pode o mesmo obter retorno através dos lucros obtidos pela e pela valorização das ações que ele detém.

Investimento em renda fixa também é caracterizado por ser um investimento para pessoas que não se importam em correr riscos, ou seja, que para ganhar dinheiro correm risco de ter perdas, e ao mesmo tempo não esperam retorno rápido de suas aplicações.

Renda variável também pode ser definida da seguinte maneira de acordo o site da Receita Federal (2012), o mercado de renda variável compreende toda e qualquer negociação realizada nas bolsas de valores, mercadorias e futuros e assemelhadas não só negociando ações, mas ouro e ativo financeiro.

Quanto a tributação da renda variável, o site da Receita Federal (2012) afirma que este tipo de investimento está sujeito apenas ao IR tendo suas alíquotas definidas em 20% em operações *day trade* e 15% em operações realizadas nos mercados à vista. Vale salientar que nem todas as operações em renda variável estão sujeitas ao IR, quando o valor das negociações diárias for igual ou inferior a R\$ 20.000,00, estas operações estão isentas, diz o site da Receita Federal (2012).

2.10 Mercado de Ações

Tendo como base a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&BOVESPA), pode-se entender o mercado de ações como um ambiente, seja ele físico ou virtual, onde o público se organiza para negociação de alguns títulos mobiliários como ações, opções, entre outros. A BMF&BOVESPA é a bolsa de valores brasileira, com sede na cidade de São Paulo, sendo através dela que as transações do mercado de ações brasileiro são comercializadas. Além da Bolsa de Valores os títulos podem ser negociados nos mercados de balcão, que são mercados onde se comercializa títulos não negociados em bolsa, sendo regulados pelas normas legais.

Atualmente, uma grande maioria de operações que ocorrem no mercado acionário se dá por intermédio das bolsas de valores. Para o público que almeja investir em ações é necessário que o investidor procure uma corretora, pois as corretoras possuem funcionários especializados em orientar a seleção dos papéis de acordo com os objetivos almejados pelo aplicador.

No Brasil o mercado acionário é controlado por um órgão específico que tem ligação com o governo federal, este órgão é uma autarquia especial que se chama Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo ele responsável pela disciplina, fiscalização e promoção do mercado de valores mobiliários.

2.10.1 Clubes de investimento

Clubes de investimentos são grupos de pessoas que se unem pelo objetivo em comum de investir seu capital em ações. Esse tipo de aplicação financeira faz com que os grupos se tornem sócios dessas empresas, tendo direito a uma parcela dos lucros da mesma. Dessa forma, Os clubes de investimento surgiram como uma forma de facilitar o ingresso de pessoas que não tem a habito de investir em bolsas de valores e às vezes não tem muito dinheiro para tal.

O site BMF&BOVESPA (2012) descreve o clube de investimento como uma associação de pessoas físicas sem personalidade jurídica e com fins lucrativos que se unem para investir no mercado de ações guiadas por um gestor de fundos de investimento. Já a página oficial da BMF&Bovespa na internet, esclarece que os

Clubes de investimentos são registrados na própria instituição, bem como na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão do governo de regula todo o mercado de ações.

Para Soares (2009) a definição de clubes de investimento segue a mesma terminologia, sendo uma reunião de pessoas físicas com o intuito de investir no mercado de ações usando para isso a intermediação de corretoras, distribuidoras de títulos ou bancos. Soares ainda explica que para se caracterizar um clube de investimento a associação deve conter em seu rol de membros 3 a 150 integrantes e fazer um cadastro em instituições que realizam operações na bolsa de valores.

O site da BM&Fvespa esclarece que Pelas regras, o Clube de Investimento não possui uma data específica para acabar, mas caso seja da vontade dos integrantes pode-se predefinir um prazo para ser extinto. Nos Clubes de Investimento tudo fica registrado, regras para entrada de um novo membro, que tipo de ação deverá entrar na carteira, até a taxa de administração e a porcentagem mensal ou anual cobrada de cada um dos participantes para cobrir as despesas do Investimento.

2.11 Consumo

Adquirir bens e serviços é um acontecimento rotineiro que é realizado e presenciado todos os dias. Com o desenvolvimento do capitalismo que iniciou em na Europa com a Revolução Industrial, o consumo sofreu um profundo impacto e se espalhou pelo mundo.

A função de consumo segundo Paiva e Cunha, foi desenvolvida pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), descrita em seu livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicado em fevereiro de 1936. Essa função constitui a primeira tentativa formal para descrever o padrão de comportamento de consumo e da poupança, tendo como base a renda familiar.

Após a teoria Keynesiana, vieram as contribuições de Modigliani e Friedman, conforme afirmam Paiva e Cunha, (2008, 214): “Além do trabalho original de Keynes, duas contribuições merecem destaque na análise das decisões de consumo e poupança. Em 1953, Franco Modigliani (1918-2003) introduziu a hipótese do ciclo

de vida, segundo a qual, o padrão corrente de consumo depende de decisões intertemporais de gasto e poupança. Estas levam em conta o fato de que, uma vez aposentados, os consumidores deveriam poupar mais nos períodos de vínculos ativos com o mercado de trabalho. Em 1957, Milton Friedman (1912-2006) desenvolveu a teoria da rentabilidade permanente, onde enfatiza a idéia de que as decisões de consumo não dependem da renda corrente, como supôs Keynes na Teoria Geral, mas sim da renda que se espera ganhar ao longo do tempo.”

Da forma descrita acima, as teorias do ciclo de vida e da renda permanente propostas por Milton Friedman e Franco Modigliani, iniciam um panorama dinâmico ao se analisar a teoria do consumo, sendo assim, uma função do estoque de riqueza que os indivíduos esperam obter ao longo da vida.

2.12 Caderneta de poupança versus mercado de ações: comparação, vantagens, desvantagens e perfil do poupador com a bolsa de valores

A caderneta de poupança é sem dúvida o mais popular investimento dentro do território nacional, fato esse que se dá pela sua facilidade de investimento e segurança que proporciona ao investidor, sendo também a que mais facilmente pode ser lançado mão quando da necessidade de recursos rápidos, ou seja, fácil liquidez.

Porém em maio de 2012, uma mudança nas regras da caderneta de poupança trouxe a tona um receio de que o mais popular dos investimentos brasileiros deixaria de ser tão interessante quanto à rentabilidade conferida a ela, visto que a mesma passa a ser vinculada a taxa básica SELIC. Para Caselani (2012, 30) mesmo com a nova metodologia de cálculo, a poupança ainda é um investimento atrativo e manterá uma captação positiva.

Caselani (2012, 30) diz também que o investidor em caderneta de poupança não é um investidor organizado, ele deposita o que sobra e saca quando precisa. Sendo assim, a descrição do investidor de poupança poderia ser definida como um guardador de dinheiro para momentos de necessidade, não tendo uma postura coerente quando no investimento de seus recursos, não tendo um projeto, ou propósito definido de futuro, apenas resguardando para qualquer eventualidade.

Para Colombo (2012, 30) a caderneta de poupança segue como a melhor alternativa para quem tem poucos recursos, apesar das mudanças pontuais na base de cálculo.

Seguindo a ótica exposta pelos dois autores, pode-se observar que talvez as mudanças ocorridas não tragam tantas diferenças para quem já está acostumado a depositar seu dinheiro nas cadernetas. Quando se trata de investimento dessa natureza, o brasileiro guia-se basicamente pela segurança e nem tanto pela liquidez do investimento, trocando em miúdos, o poupador prefere não perder a arriscar-se ganhar um pouco mais, mesmo que tenha uma pequena perda nos rendimentos anuais.

Porém pensar a caderneta de poupança apenas como forma de investimento não transmite o papel e a importância que esses títulos tem para o desenvolvimento econômico brasileiro. Além de ser parte essencial para os investimentos em infraestrutura e habitação, a poupança em consonância com os demais títulos de investimento garante o equilíbrio das contas do governo federal e auxilia no controle da inflação, fato que confere estabilidade econômica ao Brasil mesmo em momentos de crise.

Muitos investidores se deparam com a dúvida: arriscar suas economias em ações na bolsa de valores ou guardar tudo numa aplicação segura, com renda mínima garantida? Percebe-se que esse é um dilema comum para quem quer investir as economias e garantir um sonho de consumo ou garantir um futuro mais confortável. A escolha certa depende muito do perfil de cada investidor, que pode ser conservador, moderado ou agressivo.

Sobre o perfil de investidor em bolsa de valores no Brasil, o site do Ministério da Fazenda revela uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada no ano de 2010. A BMF&Bovespa encomendou essa pesquisa com o objetivo de entender melhor quem são os investidores em ações.

Através do levantamento realizado, foram identificados oito perfis. Para cada um dele foi dado um nome, classificando-os conforme listados a seguir:

“Investidor 1 - A Bolsa é sua casa - Esse é um investidor antigo, com alto valor de custódia e alto giro na Bolsa. São investidores que se sentem em casa na

Bolsa, e as ações são parte significativa de sua carteira de investimentos. Com idade entre 40 e 65 anos, eles representam 4,1% do total de investidores pessoa física da Bolsa (cerca de 596 mil);

Investidor 2 - A Bolsa é sua grande aposta - Esse é um investidor recente, mas que também possui um alto volume de custódia e um giro grande. Formado por investidores com objetivo de curto prazo e por pessoas de mais idade (entre 40 e 65 anos), também responde por 4,1% do total de investidores da Bolsa;

Investidor 3 - A Bolsa é longo prazo - 8% dos investidores integram esse grupo, que tem por característica alto volume de custódia e baixo giro. A principal característica dessa classe é por ser um investidor antigo, que já está com recurso alocado em ações durante anos. O objetivo dele, como o próprio nome já informa, é o longo prazo. Eles também possuem entre 40 e 65 anos;

Investidor 4 - A Bolsa é um investimento planejado - Grande parte desse grupo – o que representa 5,2% do total de investidores da Bolsa.são investidores recentes, com alto volume de custódia e giro baixo, que buscam os rendimentos históricos para planejarem suas decisões de investimento;

Investidor 5 - A Bolsa é seu passatempo - Com baixo volume de custódia e giro alto esse investidor está na bolsa há alguns anos. De olho no curto prazo, são investidores muito ativos, que estão na faixa entre 30 e 40 anos de idade. Porém, eles são minoria, representando apenas 1,1% do total de pessoas físicas que investem em ações;

Investidor 6 - A Bolsa é ganho rápido - De olho no curto prazo, esse é um grupo formado principalmente por jovens, entre 18 e 30 anos, e representa 4,5% do total de investidores. Segundo o estudo, esses investidores entraram recentemente na Bolsa e possuem um volume de custódia baixo e um giro alto;

Investidor 7 - A Bolsa é seu cofrinho - Formado por investidores de 30 a 60 anos, o foco é o longo prazo. Aqui a intenção é mesmo usar as ações como forma de guardar dinheiro. Por isso, são investidores pouco ativos, com baixo volume de custódia e baixo giro e que representam 14,7% dos investidores de varejo em ações;

Investidor 8 - A Bolsa é sua vacina antimonotonia - Este é o grupo que representa o maior número de investidores da Bolsa. Do total de investidores de varejo, 58,3% se encaixam nesse perfil. São pessoas que entraram recentemente no mercado de capitais com o objetivo de acumular patrimônio no longo prazo ou ainda recuperar perdas recentes. Com giro baixo e baixo volume de custódia, são pessoas empolgadas com a valorização histórica da bolsa. A maioria tem entre 18 e 40 anos”.

O resultado da pesquisa encomendada pela BMF&BOVESPA mostrou, portanto que, a maioria dos investidores era os novatos, que mais da metade dos aplicadores com contas ativas têm volume e giro baixos, tendo eles iniciado no mercado de ações após o ano de 2007.

Confrontar dados apresenta uma real ideia dos fatos que envolvem um determinado estudo. Dessa forma de suma importância fazer um paralelo com os dados, características, vantagens e desvantagens de dois investimentos distintos, afim de fazer uma análise apurada dos fatos e da importância destes não só para o investidor mas também para o desenvolvimento do país.

A pesquisa documental remete a realidade dos fatos, cabendo ao autor interpretar os dados fazendo as conclusões plausíveis e não obstante remeter leitor a um conhecimento empírico do assunto.

3 METODOLOGIA

A definição da metodologia é uma etapa de suma importância para a estruturação de diretrizes visando à elaboração de um trabalho coeso. É justamente nesta etapa que serão explanados os procedimentos de construção da metodologia que darão suporte ao estudo acadêmico em questão.

A pesquisa é uma etapa importante para a obtenção de dados que servirão ao objetivo traçado vislumbrando o aprofundamento dos conhecimentos a serem adquiridos pelo pesquisador, assim sendo, Cervo e Bervian (1997, 37) descreve pesquisa como “uma atividade voltada para a solução de problemas. Seu objetivo consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de métodos científicos.” Porém Lakatos e Marconi (1985, 44) definam a pesquisa como: “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico”.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa no seu campo metodológico é classificada como qualitativa. Para Oliveira (2002), a pesquisa quantitativa busca quantificar opiniões ou dados nas informações coletadas, empregando para isso técnicas estatísticas. Já a pesquisa qualitativa caracteriza-se por não utilizar o emprego de dados estatísticos na análise do problema.

A pesquisa em questão tem caráter qualitativo por buscar a compreensão de fatos através de uma observação, buscando registrar e analisar resultados sem manipulação e sem emprego da quantificação de dados.

A pesquisa também é dividida segundo dois critérios distintos, de acordo Vergara (1997) ela pode ser entendida quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Quanto aos meios, a pesquisa pode ser definido como pesquisa de campo, documental, bibliográfica, experimental, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Para Gil (apud AMBONI, 2002) a pesquisa é exploratória pelo fato de exigir do autor a familiarização com a realidade investigada. Assim sendo, essa pesquisa

assume a classificação exploratória e descritiva, exploratória pode exigir do autor um conhecimento prévio do assunto abordado e exploração das diversas variáveis que envolvem o tema e descritiva pois serão descritos as principais características de investimentos e principalmente as variáveis que envolvem a poupança, mercado de ações e a economia de forma geral.

Lakatos diz que “a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica”.(1992, p.44). Dessa forma, a presente pesquisa se apresenta como uma pesquisa bibliográfica que se utilizará de fontes secundárias na construção de saberes importantes na concepção de investimentos e a importância para a economia local, sendo fonte posterior de pesquisa acadêmica para estudantes de economia e administração bem como de toda a sociedade.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta dos dados é um passo importante para a pesquisa, pois nela realiza-se a observação e análise necessárias que trará luz aos diversos problemas e dúvidas no intuito de obter respostas aos questionamentos e problemas apresentados no estudo.

Assim sendo vale dissertar que a pesquisa discorre várias etapas até a realização para coleta dos dados que serão utilizadas de acordo com a finalidade do estudo, quanto às circunstâncias ou tipo de investigação, utilizando-se de técnicas como pesquisa documental, observação, questionário e formulários de acordo com Oliveira (2002).

Na pesquisa em questão serão utilizados dados secundários, característica da pesquisa bibliográfica tendo como fonte livros, periódicos, artigos impressos ou digitais, com o cuidado de verificar a veracidade dos fatos.

A pesquisa se deu com a coleta de informações sobre investimentos, principalmente sobre poupança e mercado de ações em sites e livros de especialistas na área. Dessa forma foi possível familiarizar com o assunto.

O primeiro passo foi retratar os três últimos anos para uma ideia dos acontecimentos recentes na poupança, então depois fazer um paralelo entre os demais investimentos, conduzindo assim a uma análise acurada, fazendo principalmente uma reflexão sobre os impactos nos investimentos, destacando nesse cenário o mercado de ações.

4.1 Análise relatório da poupança 2010

O ano de 2010 pode ser destacado em dois momentos distintos, o primeiro e o segundo semestre de acordo com a tabela 02.

Tabela 02: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL 2012

ANO/MÊS (*)	DEPÓSITOS (A)	RETIRADAS (B)	CAPT. LÍQ. (A-B)	RENDIM. CREDIT.	SALDO FINAL
jan/2010	87.825.051	85.205.731	2.619.320	1.508.848	323.211.192
fev/2010	80.607.752	79.518.886	1.088.866	1.424.802	325.724.877
mar/2010	96.513.347	95.975.223	538.124	1.622.267	327.885.294
abr/2010	88.722.056	87.025.807	1.696.249	1.593.243	331.174.807
mai/2010	95.909.891	93.789.174	2.120.717	1.574.833	334.870.377
jun/2010	95.592.361	91.413.528	4.178.833	1.767.751	340.816.978
jul/2010	101.465.191	94.628.243	6.836.948	1.870.201	349.524.144
ago/2010	100.787.006	98.967.589	1.819.417	1.977.765	353.321.347
set/2010	99.467.746	94.620.788	4.846.958	1.935.966	360.104.292
out/2010	95.011.644	92.450.469	2.561.175	1.932.470	364.597.956
nov/2010	101.337.418	97.321.287	4.016.131	1.897.422	370.511.530
dez/2010	121.276.434	114.917.234	6.359.200	1.927.982	378.798.732
TOTAL	1.164.515.897	1.125.833.959	38.681.938	21.033.550	378.798.732

Fonte: Banco Central do Brasil

No primeiro semestre a capitação líquida da caderneta de poupança foi de R\$ 12.142.109,00 de reais, sendo que, março figura como o pior mês quanto ao saldo diferença entre depósitos e retiradas e o mês de junho como o melhor mês no período. Deve-se observar também que é o no próprio mês de junho que começa a tendência de aumento do saldo mês a mês da caderneta de poupança, sendo que agosto e outubro destoam dos resultados obtidos no segundo semestre, onde a capitação líquida esteve duas vezes maior que o semestre anterior, tendo um saldo total de R\$ 26.433.829,00 de reais.

Destaca-se no segundo semestre os meses de julho e dezembro como tendo os melhores resultados não só do semestre, mas também do ano de 2010. Considerando esses dois meses, esses resultados podem ser atribuídos a dois fatores, primeiro, o mês de julho caracteriza por não ser um mês de feriados onde se tem a inferência de troca de presentes e o mês de dezembro apesar de ter essa característica, é também o mês onde os trabalhadores estão recebendo o 13º

salário, que muitos aproveitam para aplicar se não todo, boa parte na caderneta de poupança.

Destaca-se o ano de 2010 pelo ótimo resultado obtido na captação líquida da caderneta de poupança evidenciada tanto na tabela 03 quanto no gráfico 01, sendo o melhor resultado em um período de dezoito anos.

4.2 Análise relatório da poupança 2011

Também fazendo uma relação entre dois semestres neste ano, observa-se a mesma tendência de melhores resultados no segundo semestre em detrimento ao primeiro, porém com resultados não tão semelhantes assim, como mostra a tabela 03, vejamos:

Tabela 03: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL 2011

ANO/MÊS (*)	DEPÓSITOS (A)	RETIRADAS (B)	CAPT. LÍQ. (A-B)	RENDIM. CREDIT.	SALDO FINAL
jan/2011	97.765.498	97.490.427	275.071	2.167.604	381.241.431
fev/2011	95.403.747	96.149.020	-745.273	2.147.195	382.643.374
mar/2011	101.748.058	101.440.635	307.423	1.945.841	384.896.657
abr/2011	96.572.736	98.335.285	-1.762.549	2.240.519	385.374.651
mai/2011	107.404.966	108.706.814	-1.301.848	2.079.044	386.151.865
jun/2011	105.161.369	104.940.942	220.427	2.355.574	388.727.886
jul/2011	111.733.689	105.636.267	6.097.422	2.259.725	397.085.056
ago/2011	116.498.502	114.276.118	2.222.384	2.456.168	401.763.628
set/2011	110.526.385	106.347.258	4.179.127	2.498.987	408.441.761
out/2011	105.313.035	104.239.362	1.073.673	2.362.218	411.877.674
nov/2011	107.969.492	107.938.835	30.657	2.260.491	414.168.843
dez/2011	114.071.281	110.481.477	3.589.804	2.250.321	420.008.994
TOTAL	1.270.168.758	1.255.982.440	14.186.318	27.023.687	420.008.994

Fonte: Banco Central do Brasil, 2012

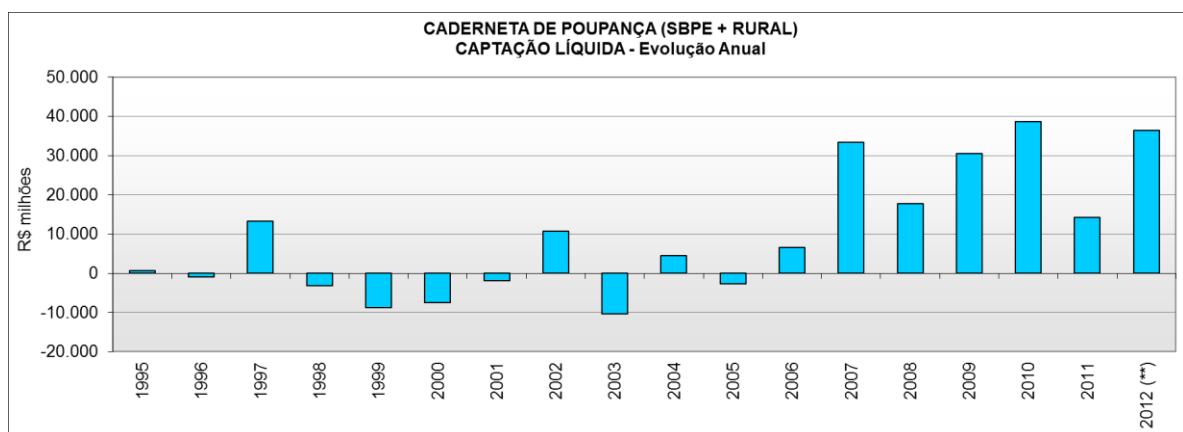
O primeiro semestre de 2011 caracteriza-se pelos resultados negativos obtidos em três meses, fevereiro, abril e maio, ou seja, a quantidade de saques foi maior que a quantidade de depósitos efetuados na caderneta de poupança.

Fazendo um paralelo com o ano de 2010, a única semelhança se dá justamente no mês de julho como o melhor mês do ano, com resultados bem parecidos entre os dois anos. Fora essa particularidade, as semelhanças param por aí, ao começar pela grande diferença de captação líquida, sendo que 2011 teve menos da metade do ano anterior, obtendo somente em torno de R\$ 2.000.000,00 de reais a mais que o pior semestre do ano de 2010.

4.3 Análise relatório da poupança 2012 e gráfico histórico

O ano de 2012 pode ser analisado em duas fases, antes das novas regras e depois das novas regras de cálculo da caderneta de poupança. Porém é válido antes apresentar e avaliar alguns dados históricos referentes a evolução da caderneta de poupança em nosso país, resultados que demonstram também a importância dessa carteira para o povo brasileiro.

Gráfico 01: Captação líquida caderneta de poupança



Fonte: Banco Central do Brasil

O gráfico 01 releva uma série histórica da captação líquida da caderneta de poupança a partir do ano de 1995. Observa-se em determinado período, mais precisamente entre 1995 e 2006 que não há uma constância nessa modalidade de

investimento, o que reforça a ideia já proferida anteriormente de que a caderneta é o investimento de maior liquidez do mercado, podendo-se tanto depositar quanto sacar a qualquer momento sem grandes perdas monetárias.

No período entre 1995 e 2006 já citados anteriormente, concomitantemente em um espaço de doze anos, em apenas quatro anos foram registrados superávits na captação líquida da caderneta de poupança, sendo nos anos de 1997, 2002, 2004 e 2006, registrando uma média superavitária inferior a R\$ 10.000.000,00 de reais.

Porém de 2006 em diante a captação líquida da caderneta de poupança deu um salto pujante, alcançando uma média de superávit superior a R\$ 20.000.000,00 de reais superando muito os 12 anos anteriores.

O período em questão refere-se a dois governos, sendo oito anos do governo FHC e quatro anos do governo Lula. Os primeiros anos do governo FHC foram de afirmação da nova filosofia de mercado brasileiro com o controle inflacionário e estabilidade da moeda. A partir de então o desafio era a mudança da mentalidade do brasileiro quanto a questões sobre investimentos e conseqüentemente incentivo a poupança. Os anos que precede a mudança de governo ainda era um período de afirmação caracterizado ainda pela dívida do país junto a órgãos internacionais travavam o desenvolvimento da poupança aliado às incertezas quanto ao governo Lula.

Com a mudança de governo e vencidas das desconfianças começa um novo período de ajustes e pagamentos de contas que trouxeram a autoafirmação que o país precisava para o crescimento esperado e em paralelo devolver ao poupador a confiança no investimento.

A partir desse momento os anos de 2007 em diante os saldos da captação líquida da poupança da um salto atrelado à baixa da inflação e a diminuição da taxa de desemprego. Vale ressaltar que a taxa SELIC segue uma tendência de queda culminando em 2012 com a menor taxa de todos os tempos até então.

Com o devido aumento da líquido da caderneta seguido da redução da taxa básica da SELIC, no ano de 2012 o governo visando principalmente proteger o equilíbrio das contas públicas resolveu alterar as regras de calculo da poupança a fim de evitar que investidores de outros fundos ligados a SELIC atraídos pela melhor rentabilidade da poupança migrassem para este fundo.

Entretanto uma reflexão sobre essa manobra e sua eficácia pode ser questionada ou não quanto aos resultados obtidos, dessa forma faz-se necessário analisar a Tabela 04 referente ao Relatório de depósitos de Poupança do ano de 2012 com o intuito de comparar os resultados dos semestres a anos anteriores e conseqüentemente quanto aos resultados obtidos depois da implementação das novas regras.

Tabela 04: Relatório depósitos de poupança SBPE + RURAL2012

ANO/MÊS (*)	DEPÓSITOS (A)	RETIRADAS (B)	CAPT. LÍQ. (A-B)	RENDIM. CREDIT.	SALDO FINAL
jan/2012	98.265.567	98.268.405	-2.838	2.392.892	422.399.069
fev/2012	87.816.421	88.228.941	-412.520	2.346.824	424.333.391
mar/2012	98.940.197	96.395.360	2.544.837	2.119.703	428.997.950
abr/2012	96.198.075	94.220.440	1.977.635	2.345.858	433.321.465
mai/2012	104.127.738	97.865.498	6.262.240	2.138.122	441.721.849
jun/2012	98.845.710	93.729.878	5.115.832	2.203.018	449.040.718
jul/2012	109.594.473	101.342.064	8.252.409	2.148.877	459.442.027
ago/2012	107.824.134	104.327.088	3.497.046	2.195.842	465.134.932
set/2012	93.748.124	87.796.697	5.951.427	2.175.929	473.262.312
out/2012	110.132.399	106.890.854	3.241.545	2.160.808	478.664.686
nov/2012					
dez/2012					
TOTAL	1.005.492.838	969.065.225	36.427.613	22.227.873	478.664.686

Fonte: Banco Central do Brasil

O ano de 2012 começou apresentado resultados negativos nos dois primeiros meses e seguiram com uma leve alta nos dois meses seguintes anteriores a adoção das novas regras da poupança. Porém observando os meses que se seguem teremos alguns momentos distintos, vejamos.

No primeiro mês após a adoção das novas regras, especialistas esperavam uma queda na captação líquida dos investimentos programados acreditando que os

poupadores teriam receio quanto a rentabilidade diante dos novos cálculos, entretanto os resultados mostraram que a captação líquida foi o melhor até então para este ano.

O mês que se seguiu não teve o mesmo resultado do mês de início dos novos cálculos, porém o resultado apresentado foi bem próximo do mês de maio. Observando os dois anos anteriores o mês de julho se apresenta como o de melhores resultados no período e no ano de 2012 não só confirmou a observação dos anos anteriores como também apresentou o melhor resultado do período dos três anos.

Na sequência da análise pode-se observar que houve relativa queda no saldo de captação da caderneta, valendo observar não só os números, como também outros fatores para estabelecer uma relação entre as possíveis causas da queda dos saldos vigentes.

Desta forma, cabe ressaltar que investidores de fundos mais conservadores como a caderneta de poupança, tem uma forte tendência à migração para o mercado de ações, isso devendo principalmente pela queda de rendimento da poupança com as novas regras de cálculo. Pode haver assim, três pontos principais para explicar a possível tendência, que são: Com os juros em queda os investimentos conservadores ficaram menos atrativos; Tendência de alta nos preços-alvo das ações das companhias; e por fim o ambiente favorável com a diminuição da carga tributária estimulada consistente redução de juros que abrirá espaço no orçamento do governo para tal fim.

4.4 Paralelo entre governos

Tabela 05: Comparações das políticas econômicas dos três últimos governos com básica nas variáveis macroeconômicas

Variáveis	FHC	Lula	Dilma*
Inflação	9,25	5,79	5,40
Desemprego	11,7	8,1	5,3
SELIC	26,97	15,26	7,25

Fonte: Elaborada pelo autor (fonte de dados IPCA-IBGE)

*Governo atual, programa em curso.

Algumas variáveis são importantes para a composição de uma análise minuciosa no intuito de observar as tendências de crescimento econômico e relação investimentos em um país. A tabela 02 apresenta alguns dados comparando três governos que figuram no período compreendido entre 1995 a 2012. As informações contidas na tabela fornecem uma ideia de como o comportamento da pode ser influenciado por variáveis ou indicadores.

Seguindo uma ordem cronológica, primeiro vem o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) que depois de tantos anos de altas na inflação entra no governo com esse índice controlado, fruto do trabalho do governo anterior onde o então presidente era o Ministro da fazenda. Com o advento dessa nova perspectiva porém o governo encontrou alguns percalços como índice de desemprego e taxa SELIC bastante elevados o que pode ser traduzido nos resultados da poupança que nesse período apresenta resultados (gráfico 01) nada significativos. Fazendo uma correlação com a tabela 05, os resultados apresentados podem estar intimamente ligados as altas do desemprego, sem trabalho, sem renda, e a alta da SELIC que tornam outros títulos mais atrativos.

Continuando com o governo Lula, o cenário começa a mudar, com a diminuição gradual do desemprego e a taxa SELIC, observa-se uma tendência forte de investimentos na poupança, valendo frisar que não nos primeiros anos desse governo, que a priori fazia um gradual equilíbrio da economia.

A continuação do governo anterior se dá com a eleição do governo atual presidido pela Presidente Dilma que lançando mão do plano de governo instituído anteriormente alcança os melhores resultados dos índices expostos, durando a taxa SELIC para a menor cotação de todos os tempos, conseqüentemente culminando com a mudança das regras da poupança.

Essas mudanças prudenciais podem inferir em mudanças significativas no perfil do investidor brasileiro, porém a outra variável importante nessa perspectiva, os investimentos do governo e contas públicas. O governo com a manobra buscou evitar a migração de investimentos dos outros fundos para a poupança para não desequilibrar as contas do mesmo, porém há outra perspectiva nesse novo cenário, havendo um fluxo contrário, ou seja, migração da poupança para outros fundos justamente por conta da perda de rentabilidade do fundo poderá ocorrer uma perda de investimentos principalmente em habitação um dos pontos de apoio do governo vigente.

Inferindo sobre os atuais acontecimentos, não há uma tendência certa do que poderá ocorrer, dependerá nos rumos que iram tomar a questão dos investimentos depois das novas regras da poupança, o termômetro inicial inclinava para a manutenção da tendência que vigorava antes da mudança, porém os últimos resultados da captação líquida da poupança evidenciam uma mudança de comportamento, o que deixa espaço para estudos posteriores.

4.5 Paralelo entre rentabilidade da poupança e mercado de ações

A rentabilidade dos títulos é um atrativo particular no momento da escolha de um título para investimento. Abaixo a tabela 09 apresenta um comparativo da rentabilidade da caderneta de poupança e mercado acionário brasileiro entre 1995 e 2012, período esse que representa três governos, sendo o último em exercício.

Tabela 06: Histórico de rentabilidade

Ano	Poupança (%)	Ibovespa (%)
1995	41,95	-1,30
1996	16,34	63,8
1997	16,85	44,8
1998	15,16	-33,5
1999	12,76	151,9
2000	8,32	-10,7
2001	8,63	-11,0
2002	9,27	-17,0
2003	11,21	97,3
2004	8,10	17,8
2005	9,21	27,7
2006	8,40	32,9
2007	7,77	43,6
2008	7,90	-41,2
2009	7,05	82,7
2010	6,90	1,04
2011	7,51	-18,11
2012*	6,58	-3,99

Fonte: Elaborada pelo autor 2012

Os resultados apresentados confirmam o que os estudos têm mostrado até o momento, a caderneta de poupança seduz o brasileiro justamente pelo critério rentabilidade garantida, mesmo sendo bem menor que os muitos resultados apresentados pelo mercado de ações.

No caso do mercado acionário, a rentabilidade apresentada é maior que a da poupança, apesar de não ter uma constância como o investimento de renda fixa. O investimento em poupança é significativo para pessoas que tem a tendência de apenas guardar dinheiro, pessoas que não esperam rendimentos muito elevados, podendo lançar mão a qualquer momento que necessite do dinheiro, ou seja, para investidores de curto prazo. No entanto o mercado acionário se apresenta como opção para quem tem uma determinada quantia que não precisa que espera

grandes rendimentos, para quem não tem pressa para resgatar o dinheiro, assim sendo, investimentos de longo prazo.

Em termos percentuais o investimento em mercado acionário é em média duas vezes maior que o investimento em poupança, enquanto a média de rendimento do mercado acionário no período em questão é de 23% o da caderneta figura em 11% apenas.

É importante observar também a queda no rendimento da caderneta de poupança nos últimos anos, valendo destacar a rentabilidade no ano de 2012, ano esse da mudança das regras da caderneta, alterando assim sua forma de calculo.

Em termos gerais pode-se inferir que ainda há uma desconfiança do investidor quanto à segurança ao pensar em investir em bolsa e em caderneta de poupança. Quanto a essa questão, a leitura remete a uma vertente onde os autores relatam que invariavelmente os investidores estarão optando por um ou outro dependendo do rendimento esperando, não em termos percentuais, e sim quanto espera lucrar. Sendo assim o perfil de cada investidor é que vai estabelecer os rumos a serem tomado, logicamente também atrelado às condições que o mercado está apresentando.

No presente momento as condições apresentadas diminuem o critério rentabilidade da poupança o que não inferi na questão de segurança que continua a mesma, porém abre um espaço para pessoas que desejam investir na popança, a SELIC baixa e as novas regras da caderneta de poupança pode determinar uma nova ordem na economia brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do processo industrial, a inserção do capitalismo mundial e a grande oferta de bens e serviços na atualidade, conduzem as pessoas a gastarem mais e conseqüentemente, almejar obter maiores lucros em seus investimentos. Aliado a todo esse cenário o mundo enfrentou nos últimos anos uma grave crise econômico-financeira, voltando à velha pergunta: em que investir nestes tempos de forma a ter boa rentabilidade e liquidez?

Esse trabalho monográfico apresentou dados históricos sobre investimentos, principalmente poupança e mercado de ações, políticas de governo e principais indicadores econômicos que culminaram com a mudança das regras da caderneta de poupança, inseridos numa crise recorrente que perdura desde 2008 e quem tem devastado a economia de alguns países.

Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar e comparar, índices, épocas e governos estabelecendo uma relação com os fatos que levariam as mudanças prudenciais e uma nova era da economia do país. Foi também realizado um referencial sobre alguns dos principais investimentos, paralelo entre mercado de ações e caderneta de poupança, bem como um dos motores propulsores da economia, o consumo.

Comparando os últimos governos brasileiros no período entre 1995 e 2012 foram levantadas informações pertinentes para a formulação de uma análise dos fatos inferidos nas políticas adotadas referentes a controle de inflação, investimentos e programas que resultaram nas mudanças prudenciais ocorridas no ano de 2012.

Com o advento das novas regras da caderneta de poupança, em virtude da principalmente da redução da taxa SELIC, buscou-se nesse trabalho inferir sobre os impactos que trariam a economia do Brasil, em termos gerais levando em consideração, contas públicas, consumo e migração de fundos para fundos. Foram avaliados alguns dos principais investimentos do país visando fazer um paralelo com as políticas do governo e equilíbrio das contas públicas, foram também estudado alguns autores que dominam o tema a fim de referenciar as possibilidades de mudança no cenário econômico bem como o perfil de investidores da caderneta de poupança e mercado acionário.

Este trabalho tem a finalidade de apresentar ao leitor as diversas formas de investimentos, bem como as finalidades de aplicação da caderneta de poupança, a ligação dos fundos de investimento com as políticas de governo e os novos rumos da economia do país em um cenário de juros baixos aliados as novas regras do mais popular investimento do país, caracterizando vantagens, desvantagens e variáveis como segurança, liquidez e rentabilidade da poupança e mercado de ações.

Diante das explicações de autores, pesquisas levantadas e avaliadas observa-se que não há uma conclusão taxativa dos rumos da economia, nem das carteiras de investimento diante do novo cenário apresentado. Algumas hipóteses são levantadas por consultores e especialistas da área econômica e administrativa levando em consideração os últimos resultados da caderneta de poupança.

Em princípio a mudança recorrente não parecia surtir efeito sobre as atitudes de poupadores, porém os últimos resultados mostram uma leve tendência de queda na captação líquida do investimento, que por consequência migrará para outros fundos.

Portanto, cravar com precisão as consequências das novas regras da poupança é não observar que os mercados estão em constante mudança e nessa perspectiva as ações tomadas poderão assumir diversas vertentes de acordo o entendimento e ações da sociedade geral.

As informações inerentes ao presente estudo ainda não são conclusivas visto que pelo pequeno espaço de tempo que ocorreu às mudanças prudenciais, os resultados acurados ainda remetem a oscilações devido às incertezas dos mercados. O presente estudo deixa margem para posteriores pesquisas sobre o tema, visto que, de tempos em tempos os mercados variam e a adaptação às novas tendências é eminente visando garantir a estabilidade do sistema capitalista e é extremamente relevante tanto para investidores como para a economia do país.

É preciso reciclar-se invariavelmente tendo a certeza que o mercado é volátil e suas adaptações às novas tendências continuaram enquanto imperar o sistema capitalista que não é estático, e estar atento às mudanças que ocorrerem facilitou a compreensão e auxiliaram nas atitudes tomadas por agentes econômicos, investidores e governos.

REFERÊNCIAS

Anuário, Securitização e financiamento imobiliário 2012. Disponível em: <http://www.tauilchequer.com.br/files/uploads/TCDocuments/Uqbar_Anuario_Imobiliario_2012__701223614_1_.PDF> acesso em: 04/12/2012 às 21:51

Aplicações financeiras – renda fixa e renda variável. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoafisica/irpf/2010/perguntas/aplicfinanrenfixarenvariavel.htm>> acesso em: 15/11/12 às 21:10

BRASIL ECONÔMICO. Rio de Janeiro: Empresa Jornalística Econômica S/A. Quatro, n. 699, jun. 2012.

Caderneta de Poupança do Brasil – Um breve histórico. Disponível em: <http://www.dzai.com.br/nunes/blog/blogdovicente?tv_pos_id=103331> acesso em: 02/11/12 às 14:05

Capitalização. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/capitalizacao>> acesso em: 15/11/12 às 15:56

Cartilha de CDB. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/CartilhaCDB.pdf>> acesso em: 14/11/12 às 22:19

CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Investimentos Inteligentes:** para conquistar e multiplicar seu primeiro milhão. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008. 271p.

Clube de investimentos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_investimentos> acesso em 15/11/12 às 21:40

Clube de investimento. Disponível em :<<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/download/clube-de-investimento.pdf>> acesso em: 04/12/12 às 21:23

Conceito e definição de investimento. Disponível em : <<http://www.guiadeinvestimento.com.br/conceito-e-definicao-de-investimento/>> acesso em: 05/11/2012 às 20:35

Confisco da poupança e privatizações. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1990/confisco-da-poupanca-e-privatizacoes>> acesso em: 04/12/2012 às 21:21.

Debêntures. Disponível em:<<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/renda-fixa/o-que-sao-debentures.aspx?idioma=pt-br>> acesso em: 16/11/12 às 16:05

Economia. Investimentos. CDB (Certificado de Depósito Bancário). Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/investimentos/cdb-certificado-de-deposito-bancario>> acesso em:14/11/12 às 21:58

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro:** Produtos e Serviços. 16 ed., Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

Investimento. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Investimento>> acesso em 05/11/12 às 21:27

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.**4 ed., São Paulo: Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LEITE, Alcides. ECONOMIA & NEGÓCIOS . **Nova regra da poupança passa a valer com SELIC a 8,5%.** Disponível em :

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,nova-regra-da-poupanca-passa-a-valer-com-selic-a-85,114421,0.htm>> acesso em: 21/11/2012 às 11:27

Mercado de ações. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_de_ações> acesso em: 15/11/12 às 21:48

Mudança na poupança pode reduzir crédito imobiliário, dizem consultores.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/05/mudanca-na-poupanca-pode-reduzir-credito-imobiliario-dizem-consultores.html>> acesso em 04/12/2012

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PORTELA, Fábio. **Dinheiro da poupança para financiamento imobiliário está acabando**. Disponível em: <<http://opequenoinvestidor.com.br/2010/07/dinheiro-da-poupanca-para-financiamento-imobiliario-esta-acabando/>> acesso em: 10/12/12

Poupança. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/Voce/poupanca/historia.asp>> acesso em: 02/11/12 às 13:11

Poupança: a história do mais tradicional investimento do país – Bloco 2.

Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/420768-POUPANCA:-A-HISTORIA-DO-MAIS-TRADICIONAL-INVESTIMENTO-DO-PAIS-BLOCO-2.html>> acesso em: 04/12/2012 às 12:41

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de Economia**- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

O que são títulos públicos. Disponível em: Tesouro Direto.

<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/titulos_publicos.asp> acesso em: 14/11/12 às 23:08

Renda variável. Disponível em: <<http://www.dividasemduvidas.com/educacao-financeira/renda-variavel/>> acesso em:15/11/12 às 21:01

ROCHA, André. **Nova poupança pode sinalizar revolução no mercado acionário**.

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/o-estrategista/2650352/nova-poupanca-pode-sinalizar-revolucao-no-mercado-acionario>> acesso em: 11/12/2012 às 22:18

SOARES, Geraldo. **Como investir através de clubes de investimento**. Disponível em:

<http://poupaclique.ig.com.br/materias/201501-202000/201502/201502_1.html>. Acesso em: 16/11/12 às 22:09.

SILVESTRE, Marcos. **Investimento à prova de crise**: saiba como ganhar até seis vezes mais com a mesma segurança da poupança: um guia prático para aplicar no Tesouro Direto e na bolsa de valores. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

Tabela de IOF. Disponível em :

<http://www.caixa.gov.br/voce/investimentos/fundos/tabela_iof.asp> acesso em: 14/11/2012 às 00:10

Tesouro Direto: Como investir no tesouro direto. Disponível em:

<https://www.agorainvest.com.br/investimentos/tesouro-direto.asp> acesso em 15/11/12 às 15:31

Título de capitalização. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%ADtulo_de_capitaliza%C3%A7%C3%A3o> acesso em: 15/11/12 às 16:02

Tributação de Renda Fixa. Disponível em:<<http://www.infomoney.com.br/ultimas-noticias/noticia/368199>> acesso em: 13/11/2012 às 22:09

VEIGA, Rafael Paschoarelli. **A regra do jogo**: Descubra o que não querem que você saiba no jogo do dinheiro, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

